
Conselho decide atuação de membros do MP na política

Está recheada de assuntos polêmicos, a pauta da primeira reunião extraordinária do órgão de controle externo dos promotores e procuradores. Na reunião da segunda-feira (21/11), o Conselho Nacional do Ministério Público deve decidir questões como relação de procuradores e promotores com o executivo e com a política. Julga também, entre 16 casos, uma representação contra o comportamento de procuradores.

O conselho analisa proposta que proíbe que promotores e procuradores se filiem a partidos políticos. Outra proposta visa a impedir que membros do MP exerçam cargos no Executivo, como secretários ou ministros. Só escapariam da regra, no caso dos cargos, os integrantes do MP que já estavam na carreira antes de 1988 (ano da Constituição Federal). O relator da matéria, o conselheiro Hugo Cavalcanti Melo Filho, já deu seu voto. É pela proibição nos dois casos. A definição do caso foi interrompida por pedido de vista do conselheiro Paulo Prata Rezende.

O primeiro item da pauta de reunião é o pedido de Eduardo Jorge, de abertura de processo disciplinar e punição aos procuradores da República Luiz Francisco de Souza e Guilherme Schelb. O ex-secretário-geral do governo FHC, pede revisão do despacho da Corregedoria-Geral do Ministério Público Federal que determinou o arquivamento de seu pedido, segundo ele, sem investigar o caso.

O pedido de EJ eventualmente pode ter decisão adiada, como a argüição de suspeição para impedimento um dos integrantes do Conselho, a procuradora da República em São Paulo, Janice Ascari, que segundo EJ, também estaria envolvida no caso. O CNMP só pode rever decisões das corregedorias com menos de um ano de idade, de acordo com dispositivo constitucional.

A própria procuradora também tem seu pedido ao Conselho. Ela quer que seja autorizada a redução da distribuição dos processos da Procuradoria Regional da República da 3ª Região (SP e MS). O relator do pedido é o conselheiro Ricardo César Mandarin Barreto.

Outro pedido de destaque na pauta da reunião é o da Procuradoria da República do Rio de Janeiro para levantar possíveis irregularidades e abusos contra advogados de São Paulo, na operação conjunta do MPF, da Polícia e da Receita Federal, denominada “Monte Éden”. O relator do pedido é o conselheiro Alberto Machado Cascais Meleiro.

A operação, deflagrada no final de junho deste ano, tinha como alvo pessoas e escritórios de advocacia ligados a um esquema de lavagem de dinheiro, evasão de divisas e sonegação fiscal. Na ocasião foi preso o advogado Newton Oliveira Neves, de um grande escritório de São Paulo. O advogado continua preso.

Por fim, há um pedido do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais para o disciplinamento do exercício do magistério por membro do MP. O relator é o conselheiro Gaspar Antônio Viegas. A pauta da segunda-feira (21/11) tem 16 pedidos ao todo, entre itens novos (7), processos que permanecem na pauta (7) e processos com vista (2).

Date Created

19/11/2005